



SÃO DOMINGOS

QUADRO DE ACÇÃO PARA RESILIÊNCIA
2023 - 2033





São Domingos

2023-2033

Quadro de Acção para Resiliência



Agradecimentos especiais aos pontos focais Nelson Sighedja Sanha, Ermano Ebidjire, Ednilson Cabi, Reimundo Djedjo, Agostinho Braima Jaura (Quecutu), Florentina da Silva pela contribuição durante todo o processo da construção do Quadro de Acção para Resiliência (QuARC) e pelos esforços e determinação na construção de uma São Domingos mais resiliente



ÍNDICE

PREFÁCIO	IV
INTRODUÇÃO E OBJECTIVO	5
Objectivo do QuARC	7
CONTEXTO	8
Localização Geográfica do Sector	9
Aspectos Socioculturais e Políticos	10
Aspectos Físicos, Económicos e Ambientais	10
PERFIL DE RISCO DA CIDADE	16
CITYRAP EM SÃO DOMINGOS	21
QUADRO DE ACÇÃO PARA RESILIÊNCIA	26
IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO	34
CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS	36

PREFÁCIO

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Governo Central e Regional pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho, a todos os parceiros técnicos que de forma direta e indiretamente contribuíram e em especial, aos Pontos Focais, que com muito empenho e dedicação construíram os pilares deste plano de ação.

São Domingos é um sector muito importante por causa da sua posição geográfica. A localização do Sector de São Domingos na fronteira da Guiné-Bissau com a vizinha Senegal e próxima da República da Gambia.

Devido à ausência de eleições autárquicas na Guiné-Bissau, o Sector de São Domingos a exemplo dos demais sectores administrativos do país não dispõe de um governo local com autonomia política e financeira para manutenção da governação local.

É neste contexto que a ferramenta CityRAP vai permitir que os atores locais tenham a capacidade junto com os habitantes a fazer face aos sérios riscos ligados a choques e estresses de origem diversas, derivadas de causas naturais e ações humanas. A vulnerabilidade do setor está ligada principalmente a subida de nível da água do mar, erosão costeira, devastação de florestas e fraca capacidade técnica, financeira e material do governo local.

Daí a importância da planificação com ferramentas adaptadas a realidade local como o CityRAP, que possam efetivamente promover mudanças de paradigma rumo ao sonhado desenvolvimento



Carlos Sadjo

Administrador do Sector de São Domingos



Introdução e Objectivo



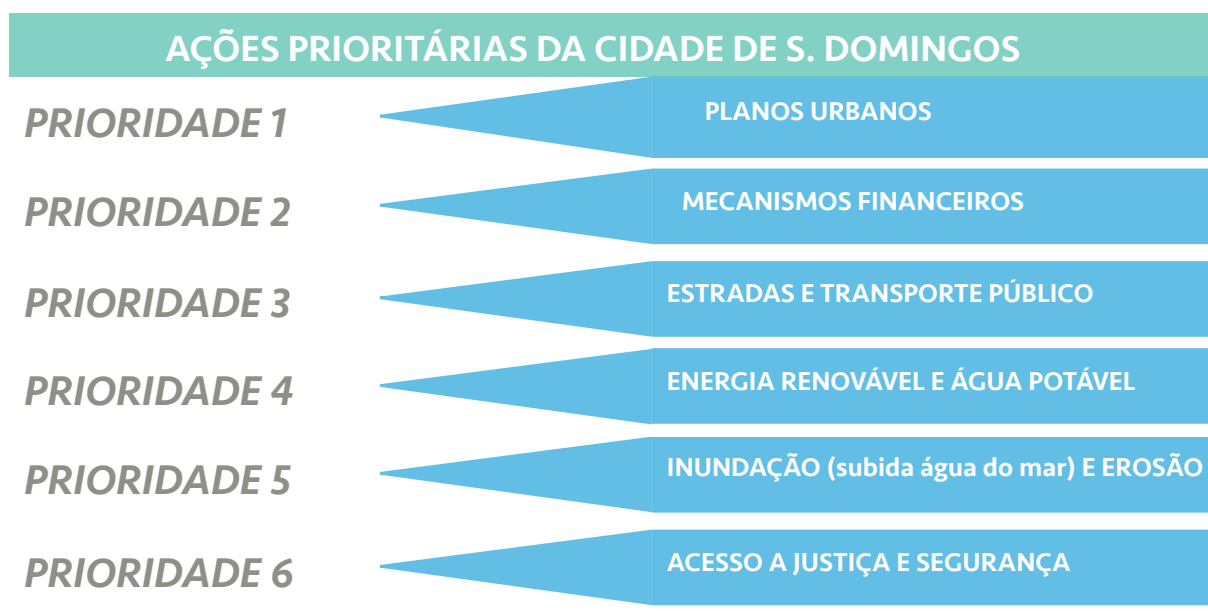
INTRODUÇÃO

A República da Guiné-Bissau é um país costeiro que integra a lista dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Trata-se de um país altamente vulnerável aos efeitos nefastos das alterações climáticas, particularmente à erosão costeira ligada ao aumento do nível médio das águas do mar, inundações, erosão fluvial, ventos fortes, elevação da temperatura etc. Ainda, as autoridades administrativas de São Domingos deparam com fraca capacidade técnica, material e financeira para lidar com esses fenômenos que ameaçam a resiliência desta cidade situada ao norte do País.

Preocupado em reduzir a vulnerabilidade das comunidades costeiras do país, o Governo da Guiné-Bissau recebeu apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo Global para o Meio Ambiente, através do "Projeto Reforço da Capacidade Adaptativa e Resiliência Climática das Comunidades Costeiras Vulneráveis da Guiné-Bissau aos Riscos Climáticos (COASTAL)". Por sua vez, contou com o apoio técnico do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) para implementar a ferramenta CityRAP (Ferramenta de Planeamento de Ações para Resiliência da Cidade), destinada a planificação

de ações de resiliência nas cidades costeiras que integram suas zonas de intervenção, a saber: São Domingos, Mansoa, Cacine e Bubaque. O propósito maior é de conduzir um processo de planificação genuinamente de base local, capacitando e sensibilizando as comunidades locais sobre gestão de riscos de desastres e de catástrofes naturais que condicionam a sua resiliência e adaptação às alterações climáticas.

Assim, o processo de planificação na Cidade de São Domingos, Secções de Suzana e Varela ocorreu entre os meses de Março e Setembro de 2022, liderado pelos técnicos locais designados de Pontos Focais Locais (PFL) e treinados na base da metodologia aprender-fazendo. O CityRAP foi implementado com base numa abordagem participativa, inclusiva (sem deixar ninguém de fora). O resultado é o Quadro de Ação de Resiliência de São Domingos que contém 06 grandes desafios ou acções prioritárias. Cada uma delas tem actividades pilotos, a ser implementados a curto (0-2 anos), médio (3-5 anos) e longo prazo (06 a 10 anos), acompanhado da componente espacial indicando onde as actividades pilotos devem ser implementadas. Portanto, seguem as acções prioritária de São Domingos:



Cada uma delas, dispõe de uma série de atividades prioritizadas capazes de facilitar sua implementação. Portanto, é um documento de política destinado a constituir orientação e articulação com os parceiros de desenvolvimento que intervém no sector para apoiar a construção da resiliência das comunidades costeiras do Sector.

O QuARC de São Domingos tem horizonte temporal de 10 anos, (2023 a 2033) e será acompanhado por um rigoroso processo de monitoria e avaliação. O plano deve ser atualizado de 02 em 02 anos e a sua avaliação poderá ser de forma interna ou externa. O Administrador deve desempenhar o papel de principal líder do processo, e assegurar um contínuo processo de coordenação com todas as partes interessadas.

A Equipa de Pontos Focais Locais deve continuar a prestar esse relevante serviço a cidade também na implementação de projetos pilotos selecionados. A implementação do QuARC será da responsabilidade primária da Administração Local do Sector de São Domingos, com o apoio de todas as organizações parceiras de desenvolvimento local. O Gabinete Regional de Plano e Estatística é a estrutura encarregada de operacionalizar a coordenação de implementação deste plano, com apoio dos Pontos Focais Locais. A Gestão Baseado em Resultado é o critério que irá fundamentar sua implementação, por forma a otimizar os recursos, viabilizar a monitoria e avaliação e impulsionar a cultura de prestação de conta junto às partes interessadas.

OBJECTIVO

Assegurar a integração de riscos de desastres nas estratégias de desenvolvimento como base para uma recuperação socioeconômica robusta, capaz de sustentar um desenvolvimento local inclusivo seguro e resiliente.

Contexto



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE

O sector de São Domingos é um dos 07 (sete) sectores administrativos da região de Cacheu, a par dos sectores de Bula, Bigene, Cacheu, Canchungo, Caió e Calequisse. Situado no noroeste da região de Cacheu, é limitado a este pelo sector de Bigene, a oeste pelo oceano Atlântico, a sul, o rio Cacheu separa-o do sector de Cacheu e a Norte faz fronteira com a República de Senegal (região de Casamansa) numa linha de aproximadamente 80 km (dos 338 km da linha fronteiriça que divide o norte da Guiné-Bissau com o Senegal), sem nenhuma barreira natural. A cidade de São Domingos dista a 124,9 Km do Capital Bissau e 17,9 km de Ziguinchor (região de Casamansa na República do Senegal).



Mapa de localização geográfica do Sector de São Domingos. Fonte:UN-Habitat 2022



3 Secções Administrativas

Suzana, Campada e São Domingos



20 Comunidades

102 Tabancas e/ou bairros



29.116 Habitantes
População Total SECTOR 2009

33.890 Habitantes*
População Total SECTOR 2019



5.102 Habitantes
População Urbana



24.014 Habitantes
População Rural



14.586 Habitantes
População Masculina



14.530 Habitantes
População Feminina



10 grupos étnicos predominantes
Felupe, Baiote, Manjaco, Balanta, Cassanga, Banhum, Cobiana, Fula, Mandinga, Balanta Mané

*Taxa de crescimento de 1,53 nos últimos 10 anos

ASPECTOS SOCIO-CULTURAIS E POLÍTICOS

Breve história do sector de São Domingos

São Domingos é o antigo posto da administração colonial portuguesa e sede do Sector com o mesmo nome. Sempre foi uma cidade muito importante por causa da sua posição geográfica entre Baixa Casamansa (no Senegal) e a Guiné-Bissau, somada a sua fácil ligação marítima a cidade de Cacheu (o antigo grande posto comercial de tráfico transatlântico de negros escravizados).

De acordo com as histórias locais o Sector de São Domingos pertence à etnia Banhun, sendo Djegué (a primeira tabanca do Sector), fundada pelo Masonguti Biai, vulgo Nascéra Bana (o 1o Rei de Birkama de Ziguinchor/Senegal). A primeira pessoa a comandar São Domingos na qualidade do régulo,

foi o “Djinambin Biai”, irmão de Mosonguti Biai, e a razão da ocupação do território deste Sector, se prende muito com a existência de terras férteis para o cultivo de arroz, rios e selvas propícios para a pesca, caça entre outros. Os ocupantes tradicionais de São Domingos (os Banhuns), partilharam suas ricas terras com os Manjacos e Cassamacundas. Possuem afinidades e relações culturais com os Baiotes (ocupantes tradicionais da vizinha Coladje e Elia), sendo a parte de Suzana e Varela ocupada pelos Felupes, cuja cultura é completamente diferente dos Banhuns e atualmente considerada etnia maioritária do Sector de São Domingos.



Rio São Domingos. Fonte: Guiné 61/74 - P18219: Álbum fotográfico de António Aclio Azevedo



Etnia Felupe. Fonte: Luís Graça & Camaradas da Guiné blogforanada

Aspectos físicos, económicos e ambientais

Superfície Total do Sector	1.035,7Km2
Clima	Sudanoguineense. Duas épocas: Chuvosa (junho a outubro) e Seca (novembro a maio)
Temperatura	Varição Média Anual de 24 a 31o C
Relevo	Terra (Plano e Planícies dominam o território)
Pluviometria	1500 mm (média anual)
Vegetação	Mangrove, Essenciais Florestais e Palmeiras
Potencialidade Agrícola	Planalto, mangrove e Bas-Fonds
Tipos de Solo	Solos Hidromórficos Marinhos (Mangrove) Solos Feralíticos Tropicais (Planalto); Solos Hidromórficos Continentais (Bas-Fonds) Solos Regossolos (Silvo pastoril extensiva); Litossolos

Política e administração

Devido à ausência das eleições autárquicas na Guiné-Bissau, o Sector de São Domingos a exemplo dos demais Sectores Administrativos do País, não dispõe de um governo local com a autonomia política e financeira. Porém, para a manutenção da governação local, tanto o Governador Regional de Cacheu, como os Administradores Setoriais de São Domingos e demais Sectores da Região de Cacheu e Guiné-Bissau em geral, são nomeados a partir do governo central derivado da eleição geral do país, com base na proposta do Ministro da Administração Territorial.

Assim sendo, o Sector Administrativo de São Domingos é dirigido por um Administrador Setorial, que é o representante máximo de toda a população das comunidades, cidades e Secções internas a sua área de jurisdição. Além do Administrador (figura máxima), o Sector conta também com um Secretário Administrativo e alguns auxiliares de Administração Local/Setorial, sem vínculos efetivo com o Estado.

Sociedade cultura e religião

A localização do Sector de São Domingos na fronteira da Guiné-Bissau com a vizinha república do Senegal e próxima da república da Gambia (03 horas de Carro), converteu o Sector em uma das principais portas de entrada para a Guiné-Bissau, representando igualmente um território de interculturalidade, intercâmbio comercial, entre outros.

Em termos socioculturais e religiosa, a existência do incrível mosaico étnico e a coabitação étnica, religiosa e cultural, contribui de um lado para a promoção da riqueza cultural local, provada na maior manifestação cultural da Guiné-Bissau (carnaval), cujo último desfile nacional foi vencido pelo Sector de São Domingos representando a região de Cacheu. De outro lado, contribui para a diversificação produtiva local, uma vez que cada grupo étnico possui seu domínio de ação. Ex: Manjacos (responsáveis pela extração de vinho e óleo de palma), Balantas e Felupes (produção de arroz), fulas (comércio), entre outros. A

coabitação pacífica e harmonia, apesar das diferenças, somada a dinâmica organizacional da sociedade local (associações e cooperativas de jovens, mulheres etc), são as maiores riquezas



População de Cacheu a beira do rio, 1900. Fonte: Wikiwand Cacheu

POTENCIALIDADES DE SÃO DOMINGOS

O Sector de São Domingos está situado na zona costeira e possui um território potencialmente baixo com 1.035,1 Km², representando 20% do território da região de Cacheu. Pouco mais de metade do território de São Domingos faz parte do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu – PNTC. As potencialidades locais do Sector de São Domingos, podem ser classificados de ponto de vista diversos, entre os quais:



COMERCIAL

A localização na fronteira da Guiné-Bissau com a vizinha república de Senegal e proximidades da república da Gâmbia, representa uma enorme vantagem comercial para a Cidade. Trata-se de um território vivo em termos comerciais e financeiros, porque atrai comerciantes da sub-região com a diversidade de produtos florestais, agrícolas e pesqueiros que são vendidos no “lumo”, realizado todas as quintas-feiras no mercado central da cidade de São Domingos.

O Sector é bastante propício para o desenvolvimento das atividades empresariais, não apenas por causa de sua boa e forte relação comercial com os países vizinhos (derivada da afeição de comerciantes pelos produtos locais), mas também, devido a tradição migratória de sua população. Factos que favorecem o desenvolvimento de serviços financeiros e consequentemente do sector comercial em geral.

AMBIENTAL

Mais de dois terços do território de São Domingos faz parte do Parque Natural das Tarrafes do Rio Cacheu - PNTC, abrangendo todo o sudeste do sector. No fascinante estuário do rio Cacheu se encontra o maior bloco contínuo de tarrafe de toda a África Ocidental, com cerca de 30.000 ha. Dentro dos limites do PNTC. O principal objetivo do PNTC é a conservação dos extensos “tarrafes” (mangais) ao longo do Rio Cacheu, por forma a garantir a manutenção da produtividade dos recursos haliêuticos (principalmente as várias espécies de camarão que conseguem ter em PNTC um espaço vital para a reprodução, crescimento e repouso), colaborando na proteção da costa contra os processos da erosão. Só a pesca do camarão chega a atingir 80% das licenças atribuídas aos países da União Europeia pela Guiné-Bissau, sendo o PNTC o principal responsável por esta fatura. Os tarrafes estão também associados à proteção de uma fauna com espécies raras e flora através da conservação de matas de palmeiras e savanas arbustivas, assim como áreas de desova de tartarugas e praias com grandes potencialidades turísticas.



Vista aérea do rio de São Domingos. Fonte:UN-Habitat 2022



Por de sol na praia de Varela. Fonte:UN-Habitat 2022

TURÍSTICA

A combinação da bela e famosa Praia de Varela numa comunidade rural, com o Parque Natural de Tarrafes do Rio Cacheu – PNTC e infraestruturas hoteleiras localmente existentes, garante aos turistas uma bela e singular oportunidade de combinarem os turismos de praia e sol, náutico, ecológico e o turismo rural de base comunitária.

ECONÓMICA

O sector agrícola representa a vocação económica dos habitantes da cidade de São Domingos. O diagnóstico comunitário realizado em 2019, revelou que mais de 90% das associações do Sector atuam no domínio agrícola, sendo os principais produtos produzidos: o arroz (sequeiro, mangal bas-fonds), os cereais secos (amendoim/mancarra, feijão, milho bacil, milho preto), os tubérculos (mandioca, inhame, batata entre outros) e as frutas (caju, manga, laranja, banana etc.). A produção hortícola local é dominada pelas mulheres, sendo uma atividade com grande potencial econômico e que garante bons rendimentos às famílias.

São Domingos também é famoso pela produção apícola de mel, cera, própolis, pólen, geleia real entre outros, garantido pela vasta extensão de flora melífera interna as áreas protegidas do PNTC e que contribui para a manutenção e preservação dos ecossistemas existentes, através dos serviços da polinização, garantidos pela ação das abelhas. Por outro lado, a cidade ainda é conhecida pela exploração florestal de óleo e vinho de palma, vassouras e mais, derivados das palmeiras, assim como frutos silvestres, tais como: fole, cabaceira, farroba, veludo, mandípili entre outros produtos bastante cobiçados pelos comerciantes dos países vizinhos e muito procurados e comercializados nos mercados locais e feiras populares denominados localmente de “lumos”.

As atividades pecuaristas (produção bovino, caprino, ovino, suíno) e a pesca artesanal em escala nacional também formam parte da produção econômica local, contribuindo significativamente para a segurança alimentar e o potencial econômico da cidade.



Perfil de Risco da Cidade



PERFIL DE RISCO DA CIDADE DE S.DOMINGOS

CHOQUES E STRESSES São Domingos sofre de uma série de riscos ligados a choques e estresses de origens diversas, derivadas de causas naturais e ações humanas. Os riscos mais impactantes do Sector de São Domingos, estão ligados à sua baixa altitude (um dos Sectores mais vulneráveis a subida do nível do mar na região de Cacheu, que por sua vez é uma das regiões mais baixas do país). A maior vulnerabilidade está ligada a fraca capacidade técnica, financeira e material do governo local.



Construção em zonas húmidas. Fonte: UN-Habitat 2022

PRINCIPAIS AMEAÇAS Entre as principais ameaças naturais podem-se destacar: a subida do nível do mar e erosão costeira. Pode-se ainda citar algumas práticas antrópicas como: construções nas zonas húmidas, corte de tarrafes e mangais para fumagem de peixes ou produção agrícola, devastação das florestas para a exploração de madeira e produção agrícola (especialmente a monocultura de caju). Ainda, inexistência de um sistema eficaz de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. O lixo contribui para a poluição costeira (uma vez que são deitados nas proximidades dos rios/mares praia e arrastados pela água para o fundo do mar) e a caça clandestina de animais, é também parte das práticas humanas e que têm impactado negativamente as condições de vida das populações locais e no meio ambiente.

FATORES AGRAVANTES O conjunto dessas práticas negativas nos remete ao desafio de pensar estrategicamente ações necessárias e urgentes para a mitigação de seus efeitos negativos. Daí, a importância de planificação com ferramentas adaptadas à realidade local como CityRAP e propor de forma consensual, prioridades que possam efectivamente promover mudanças de paradigma rumo ao sonhado desenvolvimento.

SÃO DOMINGOS

MAPA DE RISCO E VULNERABILIDADE

Durante o processo de realização da Ferramenta CityRAP foi realizado pelos pontos focais, com as comunidades dos bairros mais vulneráveis da cidade, um mapeamento de risco e vulnerabilidade da Cidade de São Domingos, Suzana, Varela e Comunidades de Elia, Jobel e Arame (mapas a seguir).

1. Identificação dos principais serviços e infraestruturas da cidade, como estradas, espaços públicos, etc.

2. Mapeamento das zonas construídas e zonas verdes, para identificar eventuais áreas de risco ambiental, como zonas úmidas e alagaveis. Em particular, pretendeu-se distinguir as áreas planeadas das não planeadas, áreas cultivadas (cultiváveis) bem como áreas ambientalmente sensíveis

3. Mapeamento das áreas da cidade que foram afectadas por ventos fortes, perda de mangal, florestal, erosão, deslizamentos de terra, etc.

4. Em último, foram identificadas as áreas mais pobres da cidade, onde altos níveis de criminalidade são observados assim como particulares problemas de segurança.

LEGENDA

 Perda de Mangal (2000 - 2010)

REDE RODOVIÁRIA

 Secundária


 Terciária



Hospital Regional

CORPOS DE ÁGUA

 Rio

 Zona Úmida

 Áreas Inundáveis

COBERTURA VEGETAL

 Agricultura

 Floresta Fechada

 Perda Florestal

RISCOS

 Áreas Inundáveis

Construção com riscos de desabamento

Falta de drenagem/urbanização

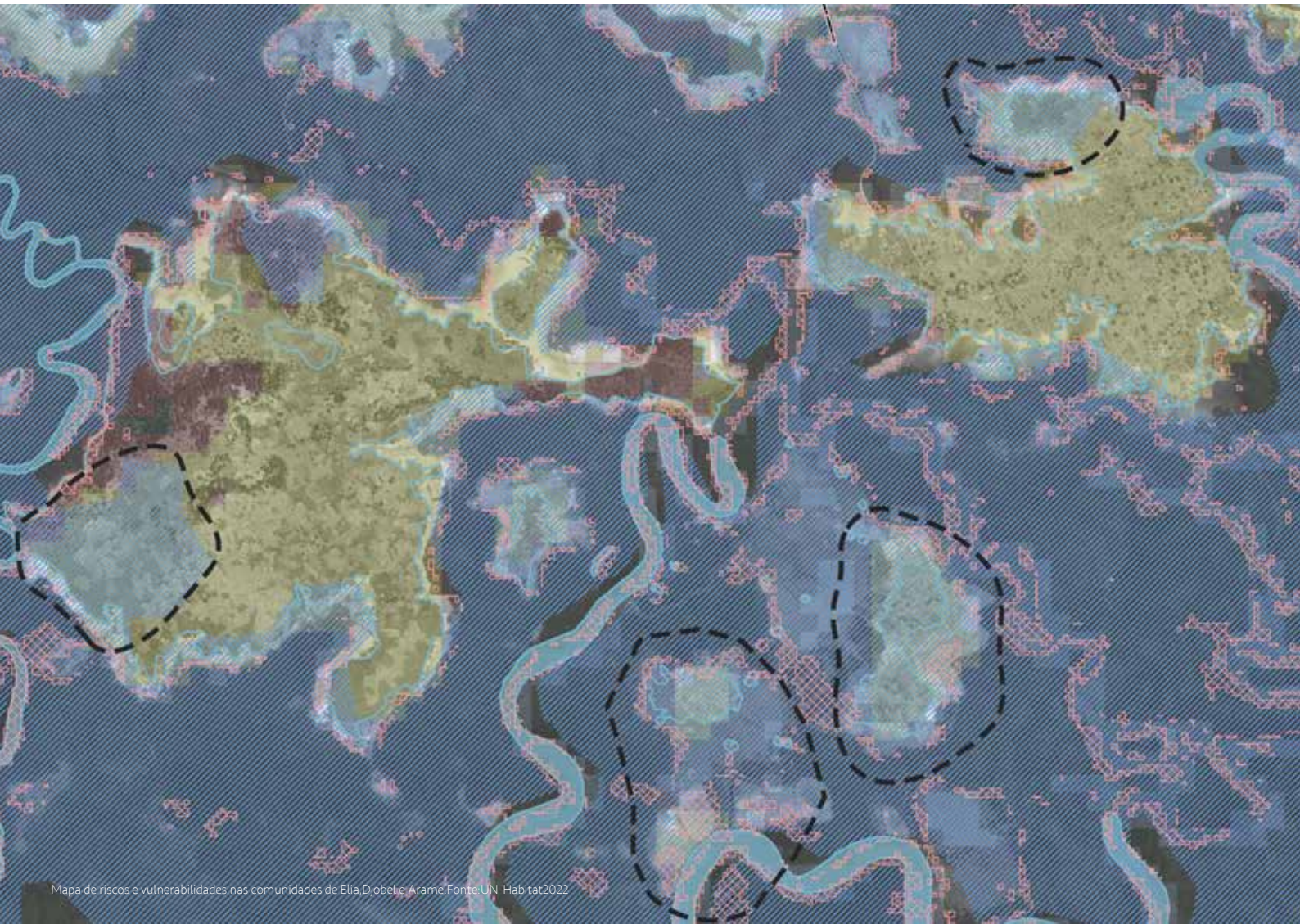
Crescimento desordenado

Contaminação a lixo hospitalar

Erosão



Mapa de riscos e vulnerabilidades na cidade de São Domingos. Fonte: UN-Habitat 2022



Mapa de riscos e vulnerabilidades nas comunidades de Eia, Djobel e Arame. Fonte: UN-Habitat 2022



Mapa de riscos e vulnerabilidades em Suzana. Fonte: UN-Habitat 2022



Mapa de riscos e vulnerabilidades em Varela. Fonte: UN-Habitat 2022

CityRAP em São Domingos



A METODOLOGIA CITYRAP EM SÃO DOMINGOS

O UN-Habitat em parceria com o DiMSUR desenvolveu uma ferramenta para reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência das comunidades a riscos naturais e outros, chamada City Resilience Action Planning (CityRAP), que é a Ferramenta para o Planeamento de Acções de Resiliência da Cidade.

A Ferramenta CityRAP é uma metodologia de planeamento participativo que tem como base 5 (cinco) pilares de resiliência que se desenvolve em um conjunto de exercícios e actividades de treinamento direcionados às autoridades municipais, comunidades e partes interessadas locais. São Domingos foi uma das cidades selecionadas para beneficiar da implementação desta Ferramenta, como forma de apoiar as autoridades locais e comunidades na redução da vulnerabilidade face aos riscos de desastres naturais. A Ferramenta CityRAP consiste em uma série de actividades cuja implementação durou cerca de 7 meses, divididas em seguintes fases:



Cinco pilares de resiliência. Fonte: Metodologia CityRAP booklet

FASE PREPARATÓRIA

FASE 1: COMPREENDENDO A RESILIÊNCIA URBANA

FASE 2: COLETA DE DADOS E ORGANIZAÇÃO

FASE 3: ANÁLISE DE DADOS E PRIORIZAÇÃO

FASE 4: ELABORAÇÃO DO QUADRO DE AÇÃO PARA RESILIÊNCIA DA CIDADE

A ferramenta de Planificação de ações de Resiliência da Cidade (CityRAP Tool) aconteceu entre os meses de Fevereiro e Setembro de 2022. O processo foi liderado pelos Pontos Focais Locais (PFL). Estiveram envolvidos nesse processo interativo e de estabelecimento de consensos a volta dos principais desafios os seguintes atores: Administração Local, Organizações da Sociedade Civil, Sector Privado, Poder Tradicional, Associações de Jovens, de Mulheres, de camponeses, comunidades locais, mídias etc.

Assim, foram seguidos, adaptado ao contexto local a metodologia da Ferramenta CityRAP nas suas 04 fases interdependentes, conforme abaixo explicado:

FASE 0 . Visita preparatória 08 e 09 de Fevereiro de 2022

Esta fase objetivou esclarecer e sensibilizar as autoridades locais e sociedade civil sobre a importância da ferramenta CityRAP para a resiliência da cidade, com o propósito de obter o comprometimento e o engajamento na implementação local desta ferramenta, esclarecer e sensibilizar as autoridades locais e sociedade civil sobre a importância da ferramenta CityRAP para a resiliência da cidade, com o propósito de obter o comprometimento e o engajamento na implementação local desta ferramenta. O encontro teve lugar no sector de São Domingos bem como nas tabancas de Suzana e Varela.



Mapeamento Participativo da Cidade de S.Domingos



Reunião com autoridades locais em Varela.

FASE 1 . Curso Intensivo 28 de Março a 01 de Abril de 2022

Na primeira fase do processo CityRAP, 15 representantes da Administração Local, Poder Local e Sociedade Civil, foram treinados por quatro dias em resiliência urbana.

Após o primeiro treinamento, foram selecionados 06 (seis) pontos focais locais que ficaram responsáveis pela condução de todo processo de planificação da cidade. Assim, eles foram treinados e preparados para as tarefas de fase 2 que consiste em: (i) realizar uma autoavaliação institucional nas instituições públicas da cidade e (ii) realizar mapeamento participativo da comunidade

FASE 2 . Coleta e Organização de Dados

04 de Abril a 06 de Maio de 2022



Mapeamento das vulnerabilidades a nível comunitário

O processo da implementação da ferramenta na fase 2 teve a participação de 06 pontos focais selecionados na fase 01 (curso intensivo) e contou com o envolvimento das instituições locais e das comunidades vulneráveis pré-selecionadas. O objetivo foi de recolher e compilar os dados dos diagnósticos de “autoavaliação institucional e mapeamento participativo comunitário”, por forma a avaliar o estado da resiliência do Sector com ajuda de métodos participativos e inclusivos que valorizem o conhecimento local.

FASE 3 . Análise de Dados e Priorização

16 a 20 de Maio de 2022

Reuniões de Discussão de Grupos Focais foram realizadas durante 4 dias somando aproximadamente 50 participantes, com uma representação considerável dos membros da comunidade, de algumas instituições governamentais, da sociedade civil, do poder tradicional e do sector privado. Eles deliberaram sobre as questões que emergiram do exercício de autoavaliação municipal em cada pilar temático. Uma lista de ameaças e riscos identificados durante o mapeamento de riscos foi discutida em profundidade.

O último dia foi um workshop de priorização que envolveu técnicos municipais, tomadores de decisão e representantes da comunidade para examinar os resultados e decidir sobre as questões mais críticas a serem abordadas, a fim de construir a resiliência da cidade de São Domingos.

Os pontos focais locais foram ainda encarregados de conduzir um estudo de linha de base sobre cada uma das questões prioritárias que emergiram do Seminário de Priorização. Isso foi para determinar a posição actual da cidade de São Domingos ao abordar essas questões.



Workshop de Priorização

FASE 4 . Elaboração e Validação do QuARC São Domingos

13 de Maio a 14 de Setembro de 2022

O Quadro de Acção para Resiliência da Cidade (QuARC) é um documento de política e resultado da implementação da ferramenta CityRAP. Esse documento foi elaborado pelos pontos focais e com apoio dos Consultores Nacionais. O QuARC oferece uma oportunidade para as autoridades locais construir/reforçarem a resiliência de uma cidade na qual se encaixam políticas, planos, mecanismos financeiros e institucionais existentes e futuros e intervenções concretas.

Também descreve acções prioritárias a serem implementadas, com objectivos específicos. Para elaborar o QuARC, os pontos focais realizaram uma avaliação de linha de base, revisando minuciosamente os dados disponíveis para cada questão prioritária em relação a políticas, planos urbanos, configuração institucional, finanças e intervenções. Os resultados da avaliação foram analisados mais detalhadamente e bem como as Acções Prioritárias, que respondiam a objectivos específicos e mensuráveis, seguidos de lista de actividades concretas a serem executados para resolver os problemas prioritários.

Por fim, um Seminário de Validação Técnica para 40 pessoas foi realizado. Neste seminário de carácter político, tomaram parte autoridades administrativas locais, representantes do Governo central, Organizações da Sociedade Civil, Poder Tradicional, Associações de Base e Mídia local. O evento foi amplamente divulgado nos órgãos de comunicação social nacional e local e teve uma excelente participação pública.



Seminário de formulação do QuARC

Quadro de Acção para Resiliência



VISÃO

"Até 2033, tornar a cidade de São Domingos segura e resiliente, socioeconomicamente desenvolvida, culturalmente rica e diversificada, ambientalmente sustentável, politicamente estável e bem administrada e com acesso a um sistema eficiente de transparente público."

Para a consecução da visão acima estabelecido, foram priorizadas conjunto de atividades capazes de contribuir para sua realização. Assim, é apresentado as principais ações de São Domingos:

AÇÕES PRIORITÁRIAS DA CIDADE DE SÃO DOMINGOS

PRIORIDADE 1

Elaborar planos urbanos participativos integrados para as áreas mais vulneráveis e em expansão do sector que se concentrem nas questões prioritárias identificadas e sejam coerentes com os planos existentes associados a estruturas de sensibilização comunitária e monitoramento de cumprimento.

PLANOS URBANOS

PRIORIDADE 2

Criar mecanismo de coordenação entre departamentos liderado pelo Governo Local com participação do Poder Tradicional e um fundo setorial a fim de aumentar o orçamento disponível para questões prioritárias, e capacitação para gestão transparente de fundos (orçamento participativo).

MECANISMOS FINANCEIROS

PRIORIDADE 3

Construção de estradas respeitando as normas nacionais e internacionais e adaptadas aos ambientes locais (zonas húmidas, rios, bolanhas, etc.) e aplicação do regulamento de condições do transporte público.

ESTRADAS E TRANSPORTE PÚBLICO

PRIORIDADE 4

Desenvolver e expandir um sistema de fornecimento de luz e água baseado em energia renovável e criar uma estrutura responsável pela gestão sustentável do sistema em coordenação com o setor privado.

ENERGIA RENOVÁVEL E ÁGUA POTÁVEL

PRIORIDADE 5

Criação de uma plataforma de coordenação entre departamentos e parceiros de desenvolvimento para identificar as zonas sensíveis (rios, bolanhas, praias) e técnicas para implementação de soluções localmente adaptadas que reduzem riscos e definição de zonas proibidas de construção.

INUNDAÇÃO E EROSIÃO

PRIORIDADE 6

Criação de estrutura e equipe técnica local que permite a sensibilização e cumprimento da lei, capacitada em diálogo e gestão de conflito. Reforço dos recursos humanos e meios da polícia de ordem pública.

ACESSO A JUSTIÇA E SEGURANÇA

PLANOS URBANOS

ATIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
<p>Actividade 1.1</p> <p>Criar uma equipe para identificar zonas prioritárias para intervenção urbanística do sector (recenseamento de casas, zonas de produção) e elaborar um plano de trabalho / intervenções com estratégia para indenização de moradores afetados</p>	Zonas de prioridade para a intervenção urbanístico identificadas e plano de trabalho elaborado	Direção Geral de Cadastro, Administração Local, Ministério do Ambiente, Comunidade Local, Poder Tradicional	Ministério de Administração Local e Ministério de Obras Públicas
<p>Actividade 1.2</p> <p>Mapear, com participação comunitária, o zoneamento do Sector, definir áreas de expansão, arruamento, instalação de infraestruturas públicas, de atividades urbanas, serviços básicos, zonas verdes (Plano Urbano)</p>	Plano urbano elaborado	Administração Local, MOPCU, Poder Tradicional	Ministério de Administração Local e Ministério de Obras Públicas
<p>Actividade 1.3</p> <p>Reunir periodicamente com comitês de tabanca e comunidade, para sensibilização sobre a importância da urbanização da cidade (com apoio radiofónico)</p>	Comunidades conscientes das vantagens da urbanização da cidade	OSC e Poder Local, Poder Tradicional, Rádios Comunitárias	Administração Local e Sector Privado
<p>Actividade 1.4</p> <p>Criar código de construção de habitação, estradas, escolas, campos de futebol, etc.</p>	Construções de acordo com as normas estabelecidos	Administração Local, Poder Tradicional	Ministério de Obras Públicas, UN-Habitat, Banco Mundial
<p>Actividade 1.5:</p> <p>Criar uma estrutura de fiscalização e de cumprimento das políticas de construção e habitação urbanística, capacitar equipes locais</p>	Equipas locais instruídas e as atividades de construções urbanas bem fiscalizadas	Administração Local, Poder Tradicional, e Comunidade Local	Governo Local através do setor privado

MECANISMOS FINANCEIROS

ATIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
<p>Actividade 2.1</p> <p>Criar mecanismos de entrega de receitas de diferentes departamentos para um fundo setorial associado a uma comissão de gestão</p>	Aumentado o orçamento para promoção de desenvolvimento local	Administração Local	UNDP, AD, Ianda Guine
<p>Actividade 2.2</p> <p>Melhorar estrutura do mercado e paragem, criar um comitê de gestão e organizar o sistema de cobrança de taxas para aumentar base de receitas para a gestão de lixo etc. e fiscalização do uso.</p>	Finanças locais reforçadas e as condições do mercado e paragem melhorados	Administração Local, Associação de Comerciantes e Motoristas	Administração Local, AD, IBAP
<p>Actividade 2.3</p> <p>Criar um plano de recolha de receitas para suportar custos relacionados com gestão de resíduos sólidos e reforço de capacidade das associações locais</p>	Reforçada as finanças locais e o saneamento urbano do sector locais	Administração Local, Associação de Mercado	IBAP, AD, Ianda Guine
<p>Actividade 2.4</p> <p>Definir áreas para cobrança de taxa de estacionamento (mercado, fronteira, etc.) e criação de parque público</p>	Finanças locais reforçadas, organização do tráfego e condição de estradas melhoradas	Administração Local, Sindicato de Motoristas (AMOTRANS)	Ministério de Obras Públicas, Fundo rodoviário
<p>Actividade 2.5</p> <p>Formar e capacitar funcionários locais sobre gestão transparente de fundos</p>	Funcionários instruídos sobre as vantagens de gestão transparente	Administração local e Departamentos setoriais	Administração Local
<p>Actividade 2.6</p> <p>Criar uma assembleia semestral de balanço local sobre atividades realizadas e fundos existentes com todos os atores locais.</p>	Transparência na gestão dos fundos Setoriais melhorada e corrupção reduzido com a participação comunitária	Administração Local	Administração Local

ESTRADAS E TRANSPORTE PÚBLICO

ATIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 3.1: Fazer um levantamento das estradas do Sector e suas condições para elaboração de um plano de priorização	Estradas prioritárias identificadas e plano de priorização elaborado	Ministério de Obras Públicas, Administração Local, CAIA, Comunidade Local	Banco Mundial, BAD, EU
Actividade 3.2: Construir estradas e definir estratégias de financiamento	Condição das estradas do Sector melhoradas	Ministério de Obras Públicas, Administração Local	Banco Mundial, BAD, EU
Actividade 3.3 Criar uma estrutura local do Ministério de Obras Públicas Habitação e Urbanismo.	Condição das estradas e infraestruturas do Sector melhoradas	Ministério de Obras Públicas, Administração Local	Governo Local
Actividade 3.4 Instalar sinalização horizontal e vertical nas estradas e reforçar campanhas de sensibilização e divulgação das normas de transporte público, capacitar condutores e membros do sindicato através de formações práticas e teóricas	Risco de acidente reduzido e segurança de cidadãos transportados garantida	Viação, Polícia de Trânsito, Governo Local, Sindicato de Transporte	Ministério de Obras Públicas, Administração Local, Banco Mundial, BAD, EU
Actividade 3.5 Construir um centro de inspeção no Sector e fiscalizar cumprimento das regras de viação	Reduzido os acidentes nas vias públicas	Direção de Viação e Polícia de Trânsito	Direção de Viação
Actividade 3.6 Reabilitar o porto de São Domingos e dragar o canal para permitir a retomada de transporte marítimo de produtos e pessoas.	Transporte dinamizado e tempo de vida das estradas aumentado	Ministério de Obras Públicas, Administração Local	Ministério de Obras Públicas, Administração Local, Banco Mundial, BAD, EU

ENERGIA RENOVÁVEL E ÁGUA POTÁVEL

ATIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 4.1 Elaborar um diagnóstico das condições de acesso a luz e água potável no Sector com identificação de áreas mais vulneráveis e um plano de implementação	Áreas vulneráveis definidas e plano de implementação de serviços de luz e água elaborado	Administração Local, Associação de Poceiros, Ecos, Pontos Focais, ASCOM	Administração Local, UNICEF, IBAP, AD, Agência Kuwait, UE, UN-Habitat, PNUD
Actividade 4.2 Lançar concurso público e identificar empresa responsável pela execução das obras de luz e água potável	Empresa seleccionada, obra realizada e acesso a luz e água garantido	Administração Local, Pontos Focais, ASCOM	Administração Local, UNICEF, AD, Agência Kuwait, UE, UN-Habitat, PNUD
Actividade 4.3 Criar um gabinete de gestão técnica e financeira de luz e água potável	Serviço de luz e água potável melhorado	Administração Local	Administração Local, Ministério de Energia, UE, UN-Habitat, PNUD

INUNDAÇÃO E EROSIÃO

ATIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
<p>Actividade 5.1</p> <p>Identificar zonas prioritárias e elaborar um plano para construção de diques de cintura, muros de contenção e repovoamento de mangal</p>	Zonas de risco de inundação e erosão identificadas e planos elaborados	Administração Local, IBAP, Comunidade	Administração Local, IBAP, AD/PAN (Programa Alimentar Norte)
<p>Actividade 5.2</p> <p>Executar a construção de diques de cinturas nas bolanhas</p>	Avanço de água salgada estancada e produção agrícola melhorada	Administração Local, IBAP, Coastal, Direção Geral de Agricultura Rural	Administração Local, IBAP, AD/PAN
<p>Actividade 5.3</p> <p>Repovoar mangal e essências florestais (árvores nativas) nas zonas costeiras</p>	Biodiversidade restaurada e riscos da erosão reduzidos	Delegacia Floresta e Fauna, IBAP, AD/PAN, Comunidade	Delegacia Floresta e Fauna, IBAP, AD/PAN, Comunidade
<p>Actividade 5.4</p> <p>Construir muros de contenção para proteção das zonas de praia e bolanhas mais vulneráveis</p>	Praias e bolanhas protegidos contra erosão, produção alimentar e turismo garantido	Governo Local, Ministério de Obras Públicas, Agricultura e Ambiente, Coastal, IBAP, Tinguena	Banco Mundial, BAD, GEF, EU, BOAD, UICN
<p>Actividade 5.5</p> <p>Recuperar as bolanhas degradadas</p>	Melhorada a produção agrícola e a segurança alimentar	Direção Regional de Agricultura, IBAP, AD/PAN, Coastal, Tinguena	Direção Regional de Agricultura, IBAP, AD/PAN, Coastal, Tinguena
<p>Actividade 5.6</p> <p>Criar programa de sensibilização sobre importância e necessidade de proteger o ambiente, divulgar regulamento interno do PNTC, capacitar comunidade e poder tradicional</p>	Comunidades conscientes da necessidade de proteção do meio ambiente	Administração Local, AD/PAN, IBAP, Associações de Base, Floresta e Fauna, Coastal, Rádios Comunitárias	IBAP, AD/PAN, Administração Local
<p>Actividade 5.7</p> <p>Definir zonas de risco para proibição de construção de casas e sensibilização comunitária</p>	Áreas de risco protegidas e população sensibilizada e segura	Administração Local, IBAP, Comités de Tabanca, CAIA	Ministério de Obras Públicas, Administração Local

ACESSO A JUSTIÇA E SEGURANÇA

ATIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
<p>Actividade 6.1</p> <p>Identificar espaço e construir um edifício para funcionamento de tribunal</p>	Edifício do tribunal construído e pronto para o funcionamento	Administração local, Ministério da Justiça, PNUD	Ministério da Justiça, PNUD
<p>Actividade 6.2</p> <p>Colocar técnicos qualificados e equipamentos no tribunal Setorial</p>	Acesso a serviço judicial de qualidade garantido à população	Administração Local e Ministério da Justiça, PNUD, Coastal, ONGs	Ministério da Justiça, PNUD
<p>Actividade 6.3</p> <p>Criar um gabinete para funcionamento do Centro de Acesso à Justiça (CAJ) no edifício do tribunal</p>	Orientação e acesso à justiça gratuito garantido para a população	Administração local, Ministério da Justiça	Ministério da Justiça, PNUD, Banco Mundial, EU
<p>Actividade 6.4</p> <p>Criar comitê de gestão e resolução de conflito envolvendo Poder Local, Poder Tradicional, Polícia, Comitê de Tabanca</p>	Estabelecido o diálogo entre as partes em conflito	Administração Local	Administração Local
<p>Actividade 6.5</p> <p>Reforçar polícia de ordem pública com recursos humanos e materiais</p>	Segurança à população e seus bens reforçada	Administração Local, Ministério do Interior, POP	Ministério do Interior
<p>Actividade 6.6</p> <p>Executar campanha de sensibilização sobre Lei da Terra e condições de acesso à justiça</p>	Comunidade sensibilizada e conflitos reduzidos	Administração Local, Centro de Acesso à Justiça, Poder Tradicional, Voz di Paz, Comitê de Tabanca, Rádios Locais	Administração Local, PNUD, FAO, UN-Habitat

Abaixo encontra-se o Cronograma de Implementação, onde são reportados os prazos de implementação das actividades propostas, a serem implementadas em curto, médio e longo prazo. A divisão das actividades nessas três categorias foi conduzida pelos participantes do Seminário de Validação Técnica (técnicos da






administração, tomadores de decisão, líderes comunitários, entre outros parceiros relevantes). Na página seguinte é possível visualizar o mapa da Cidade de São Domingos, com algumas intervenções levantadas pelos atores locais.

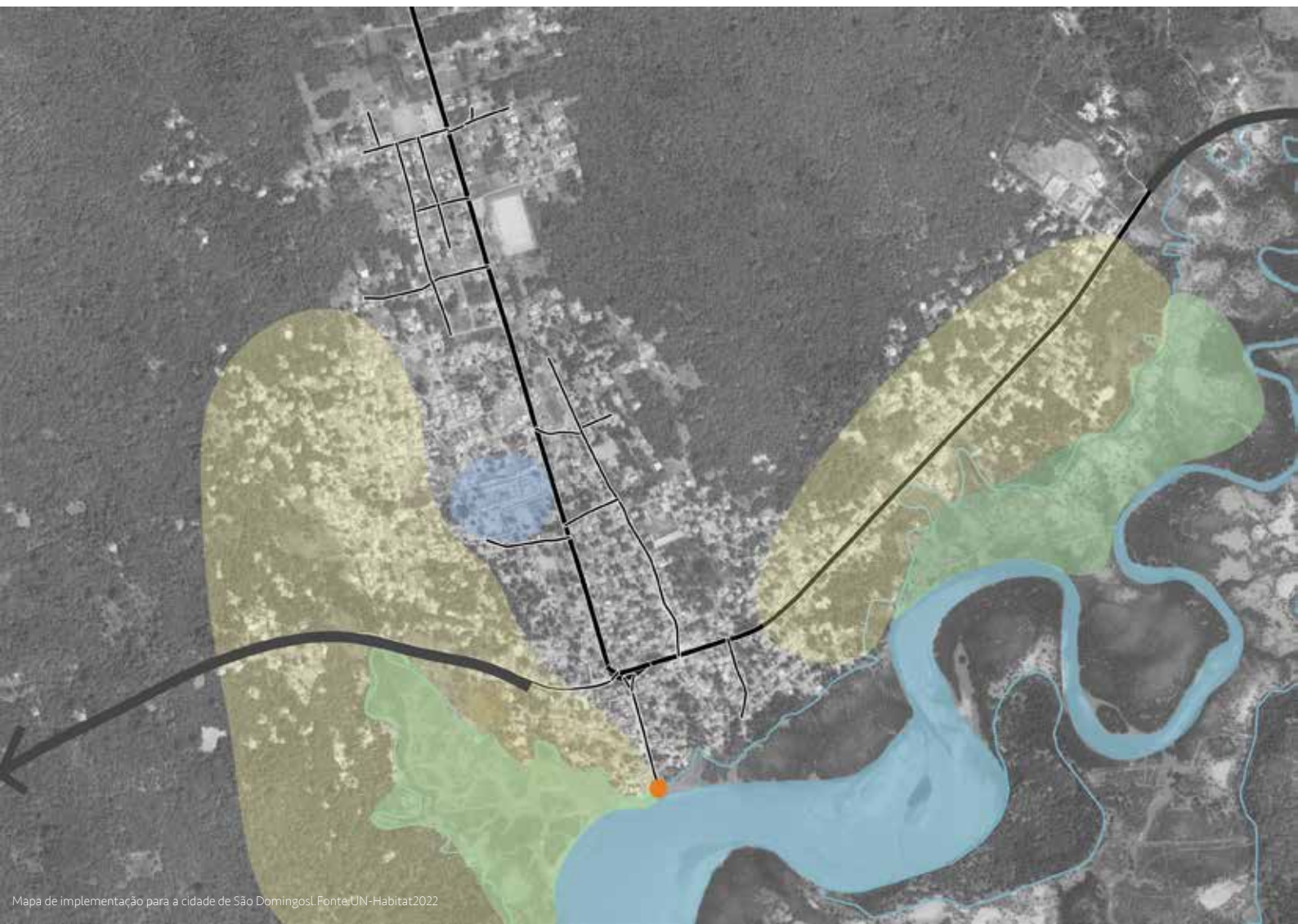
CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO			
AÇÃO	CURTO	MÉDIO	LONGO
AÇÃO PRIORITÁRIA 1	1.1 1.3	1.4	1.2 1.5
AÇÃO PRIORITÁRIA 2	2.1 2.3 2.6	2.2 2.4 2.5	
AÇÃO PRIORITÁRIA 3	3.1 3.3 3.4 3.5		3.2 3.6
AÇÃO PRIORITÁRIA 4	4.1 4.2	4.3 4.4	
AÇÃO PRIORITÁRIA 5	5.1 5.3 5.6	5.2 5.5 5.7	5.4
AÇÃO PRIORITÁRIA 6	6.1 6.4 6.6	6.2 6.3 6.5	



Mapa de implementação para as comunidades de Elia, Arame e Djobel. Fonte: UN-Habitat 2022

LEGENDA

-  **Reconstrução de diques de proteção**
e repovoamento de mangal
-  **Melhoria da estrutura do mercado**
e paragem com plano de recolha de resíduos
-  **Melhoria de estradas**
e sinalização rodoviária
-  **Áreas Vulneráveis**
a alagamento onde as construções devem
ser proibidas
-  **Reabilitação do porto**



Implementação, Monitoria e Avaliação



IMPLEMENTAÇÃO

O Quadro de Acção para Resiliência da Cidade de São Domingos tem horizonte temporal de 10 anos (2023–2033). A tarefa de sua implementação é da responsabilidade primária da Administração Local, em coordenação com os parceiros de desenvolvimento incluindo as ONGs e Organizações da Sociedade Civil. O Administrador deve assumir a liderança política para o sucesso de sua implementação. Para valorização de toda capacidade criada ao longo do processo de sua elaboração é importante criar através de um despacho do Governo Central, um órgão de consulta liderado pelos Pontos Focais Locais. Isso serviria de memória institucional do processo, capaz de suprir as lacunas criadas pela instabilidade governativa, e consequentemente dar seguimento as atividades de implementação do QuARC em colaboração com o Gabinete Regional de Plano e Estatística. Esforços adicionais deverão ser consentidos na matéria de mobilização de recursos para sua efectiva implementação. Para isso, o Governo Local deve estabelecer as bases de diálogo e articulação permanente junto dos parceiros técnico e financeiros. Deve elaborar anualmente seu Plano de Trabalho Anual e partilhar com as ONGs e OSC que atuam na Cidade, bem como ao Gabinete Regional de Plano e Estatística -GRPE. Para ampliar as chances de sua implementação, o quadro foi alinhado com as prioridades nacionais (Programa do Governo e Plano Nacional de Desenvolvimento) e internacional, nomeadamente: Agenda (2030 -Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 2063 -Visão Continental Africana de Desenvolvimento), Roteiro da Samoa, Acordo de Paris, entre outros. Assim, a sua implementação estará a contribuir para alcance dos objetivos estabelecidos nos documentos. Para isso, é importante estabelecer mecanismos de comunicação clara e acessível, adaptado a realidade local por forma a facilitar sua disseminação e apropriação.

MONITORIA

A Guiné-Bissau ainda não realizou eleições autárquicas, portanto, não existem instituições ou estruturas administrativas autónomas. Assim, é proposto um modelo de Monitoramento inclusivo e participativo, que integra o Gabinete Regional de Plano e Estatística (GRPE) e o Comité Local de CityRAP/PFL. O GRPE é instituição responsável pela coordenação geral das acções de desenvolvimento local (setorial e regional). No seu seio, existe um gabinete de planificação que reúne trimestralmente. Participam desse fórum de planificação: todos os Delegados Regionais dos ministérios sectoriais, um representante das Organizações da Sociedade Civil, um representante do poder tradicional e um da entidade religiosa. Com o propósito de potencializar as estruturas existentes, fica o GRPE responsável pela produção de relatórios informativos sobre os avanços na implementação do QuARC/São Domingos. E, para facilitar as atividades de coordenação, serão semestralmente realizadas as reuniões ordinárias entre as partes implicadas/interessadas, bem como a apresentação do relatório de Monitoria. Um Plano de Trabalho Anual (PTA) deve ser elaborado e apresentado na reunião de coordenação do GRPE. Este órgão deve fornecer fichas, modelo de planificação onde cada parceiro de implementação vai também apresentar sua acção. Aspectos técnicos como: linha de base, meios de verificação, métodos e frequência de coleta de dados, entre outros são recomendados. Também deve ser estabelecido para cada atividade metas e indicadores (preferencialmente os que são facilmente mensuráveis). Mecanismos de comunicação e fichas de seguimento para recolha de diferentes tipos de dados e informações serão produzidas e partilhadas pelo GRPE, com o objetivo de harmonizar e agilizar a produção de informações e evitar duplicação de dados e bancos de dados.

AVALIAÇÃO

A avaliação é uma atividade que pode ser interna ou externa. Isto significa dizer que os implicados na implementação, podem ser solicitados a um processo de avaliação para justificar algum fundo recebido. Também a entidade/organização financiadora pode recorrer a uma avaliação externa. Esses mecanismos visam simplesmente assegurar a transparência na gestão de fundos públicos e também, desenvolver a cultura de prestação de contas, credibilização dos processos e reforço de confiança entre os parceiros, etc. A metodologia da ferramenta CityRAP recomenda que avaliação seja independente e realizado de 02 em 02 anos. Assim, permitir que se faça avaliação dos progressos e retrocessos verificados na execução do Plano, e conseqüentemente extrair lições aprendidas e actualizar o Plano. Fazendo uma adaptação à luz da realidade local, propõe-se que seja observado o período de 02 anos, e conduzido pelo Gabinete Regional de Plano e Estatística. Já o processo de sua actualização seja feita em coordenação com os Pontos Focais. Os relatórios de Monitoria e Avaliação (M&A) devem ser circulados através de canais de comunicação mais acessíveis às diferentes partes interessadas. O objetivo, neste caso, é de partilhar as informações a todos níveis e ajudar a melhorar o processo de planificação e tomadas de decisões.

CONCLUSÕES

Após o longo processo de elaboração do presente Plano e de interacções com as diferentes partes interessadas, concluiu-se que:

1. O QuARC é realmente um documento que reflete os anseios da população da cidade de São Domingo, resultado de um processo de consulta aos atores locais. O problema de falta de dados característico do país, foi resolvido mediante aplicação de um questionário de 75 questões fechadas, aplicado nas instituições públicas (Autoavaliação institucional) existentes na cidade e mapeamento participativo (nas comunidades).

2. O processo de elaboração do QuARC em São Domingos foi altamente inclusivo, representativo e participativo, e que não deixou ninguém de fora. Despertou interesse das diferentes camadas sociais, e instituições envolvidas, ansiosos para ver seus interesses e expectativas realizadas em prol de um São Domingos Desenvolvido e economicamente vibrante;

3. Trata-se de uma verdadeira ferramenta de orientação, negociação e de construção de consensos sobre as prioridades de desenvolvimento da cidade. Sua implementação efectiva pode contribuir no reforço da coesão social e fortalecimento do tecido social.

4. Sua implementação requer uma colaboração multiactor, sob a liderança do governo local, envolvendo ONGs, Sector Privado, Poder Tradicional e sociedade civil em geral;

5. A sua falta de implementação pode traduzir-se num duro golpe para uma grande parcela da população local envolvida, e que anseiam um desenvolvimento urbano sustentável de São Domingos.

PRÓXIMOS PASSOS

* Despacho de nomeação/institucionalização dos Pontos Focais enquanto Órgão de Consulta/assessoria do Administrador da Cidade;

* Elaborar uma estratégia de disseminação, comunicação e sensibilização para maior conhecimento e apropriação dos conteúdos do Quadro;

* Elaborar um quadro orientador de Monitoria e Avaliação;

* Desenvolver um calendário periódico de acompanhamento e reforço de capacidades técnicas da administração local;

* Desenvolver uma estratégia endógena de mobilização de recursos para implementação..



Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat)

P. O. Box 30030, 00100 Nairobi GPO Kenya

Tel: 254-020-7623120 (Escritório Central)

www.unhabitat.org

Copyright

© Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos 2022



UN  **HABITAT**